

AGRICULTURA, PODER E IDEOLOGIA: PARADIGMAS DE UMA IDENTIDADE MORAL

Clayton Alexandre Zocarato¹

As questões agrárias, submetem a questionamentos que vão realizando viagens através do tempo em torno de como o homem organizou seu potencial de ação de trabalho, em submeter à terra aos seus desígnios, como um objetivo a garantir sua sobrevivência, em frente de diversos desafios geológicos, dentro a um contexto adverso a sua condição de “ser” dominante diante polivalentes desafios da natureza.

A agricultura possui um grande sínodo de importância aos desafios tanto para a formulação da organização social do trabalho, dentro de uma capacidade gênero que realize uma automatização de comportamento, ao qual, tanto homem como a mulher, souberam consolidarem, sua função dentro de uma rede de cadeias, sociomorais e sociopolíticas, trabalhando argumentos de práxis comportamentais e de força física desde período do Paleolítico ao Neolítico, pelo qual a organização da sociedade patriarcal, passa como um estágio normativo dentro de programas a arquitetar um psicologismo de atitudes, frente a adornar a natureza as necessidades biológicas, de conseguir alimento para a conservação da vida, em ambientes mais hostis.

A organização de planteis a um espaço de constituição de relacionamentos humanos, que façam um trabalho, que possua não somente uma envergadura atitudinal, de colocar cada gênero dentro do seu nível artimanhas, a realização de uma agricultura, que seja, todavia, uma fonte não de subsistência, e sim que através dos tempos, foi se projetando, como um cunho tanto de exemplo de levar a natureza, aos elementos de uma semântica de poder, em projetar o homo-sapiens, como um fator de alteração do ambiente ao qual se instala.

O uso da agricultura ao longo, da história angariou enclaves de lutas, e de uma hegemonia de poder, que desconstrói o caráter naturalista de nossa espécie, indo “para preceitos” de um darwinismo por comida, e também a um complemento a organizar, um estereótipo de aprimoramento, de que o territorialismo, é uma marca indelével, a um labor, a apresentar mutações, tanto psicológicas como sociológicas, no nascimento de grupamentos humanos, que estão pautados em ações de modificação, do pedaço de terra, aos quais é necessários elementos tanto naturais como não naturais, para a conservação do seu equilíbrio homeostático.

Engels (2005), já “*alertava acerca de uma família, que em seu esteio constitucional primário, esteja melindrado*”, a luta pela sobrevivência, saboreando de alcunhas alimentícias, que se fazia um conluio, entre coletores e caçadores, e pelo qual haveria rígidos controles de uma anatomia intrínseca em uma primeira política, onde a mulher fica destinada para a educação dos filhos e os homens vão desbravar o mundo selvagem em busca de alimento.

Durante a Idade Média, a Igreja Católica, detinha grande poderio dentro de prognósticos a uma acumulação de lucros, permeados pela produção agrícola.

¹ Licenciado em História Centro Universitário Central Paulista de São Carlos –SP (Unicep) (2005), em Filosofia pelo Centro Universitário Claretiano – Polo São José do Rio Preto (2014), Especialista Lato Sensu, em Ensino de Filosofia, pela Universidade Federal de São Carlos (UfsCar), (2015), Psicopedagogia Institucional, pela FUNDEB – Marília –SP (2017), graduando em Psicologia pela Universidade de Araraquara, (Uniarara)

Essa agricultura se identificava como um caminho de relações de poder, ao qual a terra seria uma dádiva, e forneceria os frutos essenciais para manutenção da vida.

E também ao vetor de um Capitalismo Agrário, sendo formado, a todo vapor, que vai chegar como uma gama maligna da subjeção do outro, com o apressado progresso das Grandes Navegações.

A importância da saída do homem civilizado do Velho Continente a procura de novos entrepostos comerciais, e também de certa maneira a uma melhor alimentação, e de produtos vitamínicos, fez com que o Mercantilismo, fosse nutrido por uma balança comercial de dividendos, auspiciadas tanto ao bem-estar individual, como para uma produção agrícola pautada, a uma divagação de produtos, que não estivessem no cotidiano dos europeus.

Isso teve como uma das principais causas a carnificina colonizadora dos continentes africano, asiático e americano, em torno tanto de suas riquezas naturais, como também a prover a exploração de seus complementos alimentícios, gerando um plantel de fome e destruição.

A agricultura culminou dentro de sua concepção histórica, como uma instrumentalização, para cominação de concentração de poder, nas mãos de uma classe monopolista agrário - cristã, arrefecida pelo desejo, de conservação a um status-quo de estabelecimento de proteção estatal e divina, de elevar as classes abastadas, a serem detentoras tanto dos meios de produção como de distribuição.

Vejam os por exemplo que David Hume (2014) *“já salientava durante a Inglaterra Vitoriana’, para a importância dos cercamentos de terras, levando a separação de plebeus, dos seus mandatários”*.

Ao longo do similar de sua agitação social e política, vai acontecer na França durante Período do terror de seus agitados anos finais do século XVIII, através do confisco de terras de seus camponeses, em torno da produção sistemática rural para levantar sua economia, e também no caso dos esforços de guerras durante as Guerras Napoleônicas.

A terra possuía um sentido de identidade para aqueles que sofrem com a exclusão tanto, econômica, como social, no caminhar, de uma lapidação de pensamento, frente, à organização de lutas, por melhorias, a levar para população rural, uma participação congênita nas decisões de políticas locais, e nacionais, visando o bem-estar de todos.

A esse preceito a formação de núcleos marginalizados, demonstra prolegômenos da instauração da violência como um sentido, de se fazer representar a voz daqueles que sofrem com descaso, de sua condição existencial frente os mais terríveis pleitos de possibilidades de crescimento material.

No Brasil da chegada dos europeus, se viu dentro de contextos, de uma distribuição bárbara, de terras nas mãos de beneplácitos de pessoas, agraciadas pelos privilégios outorgados pela coroa lusitana, como ocorrido no Sistema de Capitânicas Hereditárias, que levou a concentração de terras, passando de geração a geração, durante o século XVI, combatendo a população indígena ao trabalho escravo, bem como a estabelecer a produção de cana-açúcar como um cenário, a um **“logos”**, de complexidade a um aparelho agrário pautado no sangue derramado, de famílias tupiniquins, semeadas a uma exaustão de trabalho, na produção de suplementos alimentícios, ao favorecimento de uma economia ornamentada nas arbitrariedades infligidas pelas autoridades coloniais.

Nesse ponto houve um nocivo contraponto de fragmentações a revoltas contra a violência do conquistador português, havendo facilidades para um unir **“rebanho humano”** de atitudes a tirar complementos, em aproveitar, prosseguimentos a uma

agricultura que possuísse o instrumental, novos paradigmas tanto de identidade moral para aquele que fosse trabalhar nas suas imensas lavouras.

A dialética de lutas no campo ultrapassa marcas do tempo cronológico, chegando a limiares interdisciplinares, pelos quais elevam a questão do trabalho como uma forma de demarcação social, e também produzindo arquétipos para uma ontologia negativa de aceitação de inconsciente coletivo, que se faz notável pela destruição de relações pacíficas, nos flancos de flexibilidades no tangente a uma ética de respeito pelo próximo.

Gilberto Freyre, “*atenta para uma precariedade em se construir um o sentido de sociabilidade que esteja livre das marcas da exclusão patriarcal*” (2003), o que faz com que a atividade agrícola esteja condicionada a uma miserabilidade, de um efeito trabalhista ,não realizando manifestações culturais, que não promovam a marca do escravismo.

O poder de usufruir do corpo do próximo, limitando seu raio de subjetividade, e que se faça nutriente dentro do mesmo contexto sociológico, a promulgação de um sistema de político, que não esteja na concomitante de igualdade, nas produções de tangencias, lutas de classes, que promulguem ideologias de destruição do eu lúdico.

Uma ludicidade, que não demarque a adentrar a um universo de trabalho que esteja a uma humanização, de minar arestas de uma criticidade, que não se faça presente unicamente pela força do seu trabalho braçal e sim que ofereça ao setor do campesinato, oportunidade de ascensão moral e intelectual, e não exclusivamente de condicionamento existencial, rebaixando a sua generalidade de individuação servil.

A escravidão nos Trópicos deixou suas máculas, através de processo de produção agrícola, diminuindo espaços, a nutrir uma história, que banhada pela exclusão, moral e existencial, contribuiu para acentuar as indiferenças, resplandecendo uma acumulação de capital munida, pela aniquilação de ampliações, a uma educação filosófica, que elevasse uma organicidade de conhecimento para todos os setores rurais.

A agricultura como instrumento de uma economia forte, deixou também os traumas de segregação de classe racial, nos prognósticos a um exclusivismo da elite branca europeia a dividir os privilégios, dentro de uma estrutura social hierárquica, com quinquilharias metodológicas, a uma “*não-política*”, que ao longo do período colonial e monárquico, bem como nas primeiras décadas da República , realizou o surgimento de uma intelectualidade anarco-comunista- socialista, tendo ela se alastrado para vários países, e tendo seus reflexos na América Latina.

Esse fator intelectual facilitou o surgimento de movimentos de famigerados, na busca de um pedaço de terra, tanto para produção de sua subsistência, como em combater o latifúndio predatório, que detinha marcas de uma colonização escaldante, e também de um imaginário de subjugação racial de um povo pelo outro.

No Brasil houve períodos de uma grande crise entre relacionamentos interpessoais da sociedade civil, e com a população rural, gerando momentos de contenda entre os aparelhos de Estado, e movimentos sociais de balburdia e contestação social, perante melhorias para os mais carentes.

O “*Banditismo*”, ao qual se debruçou Eric Hobsbawm (1978), surge como uma alternativa para que o trabalhador rural seja ouvido perante suas necessidades primárias, algo que ganha contornos através de aspectos antropológicos, com figura de anti-heróis que protagonizam a necessidade da reforma agrária como um instrumento de lapidação social e moral, como Robin Hood e Lampião,

Mesmo separando fato histórico de ficção, a agricultura fornece um traçado de compreensão de como as lutas sociais, estão no esteio de construções ideológicas objetivando uma cartasis de afastamento do espírito questionador, para a penúria do

trabalhador, sendo sua existência reduzida, em aspectos fenomenológicos, considerando uma grande esfera de massificação de seus planteis perfiláticos, a uma subjetividade e identidade de classe social consistente.

Durante períodos de Regimes Totalitários, tanto de esquerda como de direita houve, uma manipulação da classe agrária camponesa, como uma partitura de concentração de poder do Partido, tanto que seus efeitos foram sentidos dentro da questão do estabelecimento de diretrizes estatais, que limitam o crescimento individual de diversas famílias, que ficam a margem de um sistema social, refletindo o desejo aliterar um cunho de dominação, pelo qual venha a favorecer o surgimento de pseudo-democracias, nesse caso “*Portugal, Espanha e Grécia*”(1978) salientado Nicos Poulantzas alertou para esse países como em torno de suas ditaduras fascistas, que sendo de base direitista, também outorgou um trabalho de hegemonia de agricultura pautada no subdesenvolvimento de em uma constante dependência em relação a sua produção agrária, alicerçada em não haver caminhos para um crescimento moral, e também econômico que colocasse em evidencia o poderio e o prestígio do líder.

Lenin esgarça dentro dos ideários bolcheviques uma coletivização de terras, que mesmo dentro do czarismo, já se constituía como um forte artefato ao controle de massas, mas com um repleto sentimento, de não favorecer o surgimento de glebas partidárias, que propusessem uma reforma agrária que estivesse fora dos eixos de contingência a um certame de deixar de fora, um sentimentalismo nacionalista, que fizesse gerente a antagonicos interesses de classe, separados, entre o campo e o operariado.

Algo que em torno de diretrizes da pólis, fez da Grécia um referencial entre metecos e camponeses buscam na união de cidades, em um potencial caminho a uma ação, que pudesse conter tanto a filosofia de um pensamento livre, bem como a alijar diâmetros, em resplandecer a importância de unir tanto a “*alma*” com o corpo que fosse disciplinado a fazer de suas atividades físicas algo tanto para constituição de novas famílias, como também a gerar lucros para uma economia expansionista.

A mecanização do pensamento, não poderia estar na mesma medida do sentido de alienação do trabalhador, pelo qual faria uma humanização entre o despertar de uma revolução agrícola, mas que possuísse a ontologia, a uma separação de um controle do, do “*ser*”, como sendo fundamental para um processo civilizatório, que fosse inerente aos desatinos de propulsão ao cabido teleológico, de sair a uma domesticação dos corpos que por ventura interferisse na saúde mental, que contivesse bases cíclicas.

A produção de alimentos bem como a agricultura outorgou diferentes exemplos de como as necessidades básicas das pessoas se tornariam um símbolo de dominação, para o estabelecimento tanto de um capitalismo de exploração dos recursos do campo, como também para uma estagnação ao nominalismo de poder, cunhados entre a escravização de glebas populacionais que não estivessem nos ditames da cristandade europeia.

No Brasil isso ficaria baseado em sentimentos de um comportamentalismo agrário, frente à inferiorização, de sua atividade, tanto do trabalho físico como de força mental, a um inferiorização do homem do campo frente ao crescimento urbano, a partir da segunda metade do século XIX, advinda do incentivo de progresso das ferrovias, bem como a emoldurar novos paradigmas, de antever um intersubjetividade de jactâncias de um nacionalismo, com estreito estereótipo a acumulação tanto de capital como de produtos “*in natura*”, diretamente despachados do portos, com sentido abastecer o mercado externo, principalmente para a Europa.

A partir disso, Otávio Ianni, destaca “*o surgimento de um empresariado, que ganha identidade*” (1977), através de um populismo que vai engendrar a o

favorecimento de um sistema político concentrado em um poderio científico, a organizar a Primeira República, com demarcações rígidas entre o espaço urbano e o rural.

Esse fator empresarial fez mesclas, a um cercamento de contorno antropológicos, levando a uma concentração de discriminação racial tanto entre os herdeiros da proliferação escravista africana, como os descendentes de grilhões indígenas, fazendo com que a massa de trabalhadores do campo fosse endossada com os favorecimentos da imigração de outros povos, como espanhóis, italianos, japoneses, portugueses e árabes, que fizeram gentil bravio da agricultura uma miscigenação de eixos existenciais e nacionais, diletantes entre si, culminando em multiétnicos peremptório, a uma formação econômica e política, processada pelo suor e sangue, de estreitos populacionais destinados a abastecer a elite agrícola e política do Brasil.

A essa ideia de uma excomunhão de favorecer, uma economia que não contenha desejos de monopólio, vai haver um ríspido sentimento de diferenciação entre os contornos urbanistas e agrícolas.

A organização sociopolítica do período dos Presidentes Fazendeiros, fez com que houvesse uma concentração classicista, de uma nostalgia a formação de um pensamento político que não ficasse dentro as perspectivas ideológicas de uma concentração de poder, nas mãos de meandros, que fizessem do Estado, um prolongamento de suas vastas concentrações de terras.

A confusão dentro de um inconsciente coletivo, em se confundir a poder de Estado, com a intransigência, em elevar atitudes governamentais que saíssem de um sentido de lógica comportamental reduzida e comprometida, as dádivas de uma estética a empreender cataclismos de ações mentais, que fugissem do antropo burocrático, e disseminassem uma falácia de promoção a atitudes de direitos e deveres, a um novo sentido neolítico de tirar o trabalhador rural de sua condição bestial.

José Murilo de Carvalho (2005), "*coloca a que condição de bestializados*", de parcela parte da população brasileira, tanto rural como das cidades, estavam à mercê de um analfabetismo político, e também um atravancamento ético.

As condições de acompanhar uma historicidade que se fizesse presente, dentro de um empirismo político enrijecido pela conservação de um clientelismo democrático, que pudesse transpor, do senso-comum ao pensamento propedêutico para um acompanhamento, de combater a massificação como um princípio a esgarçar o que não bastaria somente uma *'integração racial'*, aquém de interesses da nefasta democracia racial, e sim fazer um acompanhamento de estruturar planteis de uma valorização de criticidade política frente a grupos humanos destinados, em sua *"vita activa"*, comprometida com instauração e repetição de movimentos corporais, acoplados a um marasmo destrutivo de produção e sintonia intelectual.

Fazia-se necessário para o Brasil, uma construção de trabalho agrícola que pudesse exaurir a emancipação de polivalentes setores morais, e de paradoxais setores de classes de homens, bem tanto na compreensão, de combater diatribes de ideias escravistas.

Um novo *"trato dos viventes"* (Alencastro, 2005), nesse cunho, propiciar um entendimento de como agricultura, pode ser colocado como um sinal tanto de desenvolvimento e mudança social, como estruturalmente a uma castração da democracia, perante outros setores da sociedade civil, que seja tangente às igualdades sociais e morais, diante a uma filosofia social de exclusão social e política outorgada pela República da Espada.

Ao longo do século XX, a alteração da balança comercial brasileira para uma industrialização em larga escala, fez com que houvesse ciclos de um capitalismo tardio

e desorganizado, fazendo surgir bolsões de miséria, ocorridos pelo êxodo rural, formando, uma urbanização descentralizada dentro de planejamentos técnicos, fazendo imiscuir uma qualidade vida mental e física contaminada pelo crescimento de favelas e moradias de baixa qualidade.

Perante isso também se fez uma carência de não ascensão de políticas que pudessem, angariar uma clara reforma agrária no país, surgindo movimentos de proteção ao trabalhador rural e principalmente durante anos de Chumbo vai ganhar força com o surgimento das Ligas Camponesas tendo com um de seus líderes o advogado Francisco Julião, e também grupos de proteção à população indígena que vão denunciarem o desmatamento de terras feitos por grandes fazendeiros na Floresta Amazônica, destinadas ao favorecimento da monocultura e do latifúndio, se destacando nesse sentido a figura do ambientalista Chico Mendes.

Na América Latina a partir do século XX, vão surgir grupos armados que vão defender os interesses de pequenas famílias agrárias que são expropriadas pelo poder dos grandes fazendeiros, promovendo constantes lutas entre o Estado e grupos armados, promovendo um terrorismo agrícola.

No Peru, tem destaque grupos como o Túpac Amaru e o Sendero Luminoso de Abimael Guzmán, esse último possuindo uma articulação de inspiração maoista, que tem, como base a luta paramilitar e de guerrilha, que instaurou um série de atentados contra tropas federalistas, na Colômbia as FARC, gerando uma Guerra Civil que duraria mais de 40 anos, e que tem como um de seus tentáculos para construção ideológica a reforma agrária, e a uma vida digna para os trabalhadores rurais.

Isso se tornaria um emblema para gerar outras fontes, a uma luta agrícola pela consolidação dos direitos dos trabalhadores do campo, caso de uma osmose as tendências de uma participação popular para encabeçar uma arquitetura de política em tessituras, de combater um capitalismo predatório, que estava destinado exclusivamente ao extrativismo, de recursos naturais.

Houve por exemplo, em países como a Nicarágua e El Salvador, revoltas contra a interferência dos Estados Unidos, aos seus interesses de emplacar uma “*New Doutrina Monroe*”, combatendo levantes armados organizados por populações carentes frente ao poderio de grandes senhores de terra, levando a agricultura como um fator de concentração de terras, que veio a gerir um sentido ideológico de poder, para atribuição de fragmentação da classe trabalhadora ruralista.

Durante a Revolução Francesa, a divisão de posses de terras pertencentes ao clero, promoveu uma exasperação, de que uma suposta reforma agrária, faria um sínodo de divisão de poderio econômico entre classes sociais de polivalentes origens, suplantados pelo bem comum de distribuição.

Rousseau “*em seu contrato social*” (1987) traça perfis de uma resolução democrática ao qual a terra venha usufruir como um meio de integração para o homem, com a natureza promovendo uma educação, que ficasse melindrada ao bem-comum, e que a divisão de posses desse origem, a um Estado assistencialista, mas no princípio de uma regulação de livre-cambismo, o que favoreceu o crescimento de um elite, ao qual o marxismo vai construir sua plataforma de divisão territorial, como um compendio contra uma agricultura, que promova a “*acumulação primitiva de capital*”.

Enquanto a levantes dos trabalhadores agrícolas está em uma condição de estarem atreladas as vontades de um movimento operário, que promulgue um cientificismo de ações, contra a alienação de uma classe trabalhadora, que dentro do êxodo rural, também realizou uma agricultura que passa da subsistência para o uso, de uma ontogênese de atividade intelectual e moral, que venha fazer a promoção do povo do campo como detentor de sua própria história.

Eric Hobsbawm *esboça “o primitivismo de unificação do trabalhador”* (2002), como uma lógica dormente de vontades críticas, em lutar contra um capitalismo marginalizado, que promulgue as tendências da burguesia em homogeneizar, princípios de valorização a uma produção, que possa tanto dar uma identificação de classe ao trabalhador, como também expropriar caminhos que tirem sua humanidade estética como um preceito de uma identificação social e moral, com inteligência para realizar o bem-comum.

Esse bem-comum, que promova um retorno, as objetivações de uma agricultura que não possua sua essência de dominação como classe, e venha estagnar a subjetividade dos trabalhadores, como uma utilização de sua força como sendo uma história classicista, manipulada por uma exclusão de participação popular, mas que venha a fazer do campesinato um orbital teórico e prática, de exemplos ideológicos de libertação, nos costumes de uma metafísica, que proclame a criticidade como meio de sair de um inconsciente coletivo, em subjugar sua própria existência como sendo um usufruto de lutas políticas aquém de suas vontades e desejos, onde cada trabalhador seja proveniente em sua história, fazendo da individualização um papel de extremo de valor, para tirar prognósticos de destruição de um “eu”, que contenha sua verificação psicológica para um existencialismo, de criticidades e atitudes em relação às mazelas do poderio de senhores de terra e latifundiários.

A um retorno do “*primitivismo*”, de pretensões morais a uma clara separação justa de terras, e também a uma agricultura, que não possua gládios de um new-feudalismo, ao longo do século XX, houve tentativas de uma maior intervenção do Estado na agricultura, que vai ocasionar equívocos sangrentos, quanto à produção de alimentos e também como a um nocivo controle do trabalhador, por meio da instauração de um sindicalismo estatal, que controlou suas primazias de rebeldia perante escorbutos de miséria e opressão social.

Um exemplo disso foi os empreendimentos agrícolas feitos por Mao Tsé Tung, que culminou em um sistema estatutário, ríspido de controle da produção, e também a uma divisão forçada de suas colheitas, devido à carência de planejamento do controle populacional, que levou a um totalitarismo, de exclusão dos direitos civis, entre os anos de 1940 e 1970.

De certa forma, a cultura chinesa é um bom exemplo, de como começar uma arbitrariedade de promoção de combater à organização dos trabalhadores, tirando seus papéis humanistas, através de longas jornadas de trabalho, e de pouco estabilidade financeira, e principalmente com variação de produtos, que devido a fatores climáticos, que favorecem uma produção em larga escala de arroz, o que preconiza a importação de alimentos por parte de sua débil economia, convocando a necessidade de um transnacionalismo no que se diz a distribuição de alimentos, bem como a seu consumo interno.

Isso não deixa conter um fator, de limitação das liberdades democráticas, na admissão de uma tradição autoritária advinda, antes da instauração do sistema de República Popular.

Dentro da sua cultura, os chineses, e seus “*senhores da guerra*” (*grandes proprietários de terra*), promoviam saques contra detentores de pequenas posses territoriais, o que fez que a agricultura se tornasse tanto um sinônimo de prosseguimento do militarismo de conquista, no semblante de disputas fronteiriças, de agricultores primitivos de âmbito subsistente, que aos poucos foi levando a concentração de vastas propriedades nas mãos de grandes fazendeiros.

Durante o período feudal, houve um incentivo, por parte da Igreja Católica, para um melhor probo de controle social, mas também fazendo da corveia (imposto sobre

terra), um vetor de acumulação constante de grandes conglomerados de produtos agrícolas como de donativos, auxiliados pela venda de indulgências.

Também com a proliferação da peste-negra, a terra passou conter um significado especial, de benção de Deus, perante a produção de alimentos para seus filhos que padecem perante o jugo do pecado, e que abstração de frutos da terra, sanaria o peso de um corpo doente, sendo aos poucos, consumido pela volúpia da doença, causada em grande medida, pela carência de uma higienização dos grandes centros urbanos portuários da Europa.

Nessa protuberância histórica, houve um cunho teológico, pelo qual a terra se conflui como elementos para uma semiologia, pleiteada a fazer do combate a miséria uma ação que alivie o peso do indivíduo perante seus pecados, e que tendo boas safras, poderia amenizar o pessoal e o social de uma alastração sem precedentes da morte, tanto no escopo, de mazelas de um vetor político que fizesse uma tangencia a um, intempérie de realizar uma agricultura que partisse do básico, até chegar um diagnóstico de formação de economia de mercado.

A economia de mercado abjurada pela diversificação de produtos agrícolas, dentro dos séculos que antecederam as “*grandes navegações*”, tinha sua coleta feita de maneira rudimentar e que também possuía uma característica especial de controle populacional, o que gerava um apanhado de trabalho rural senil ao tecnicismo de formação intelectual do agricultor, e de uma condensação característica do trabalho psicológica, que tirasse as pessoas de seu cotidiano sem muitos atrativos.

Essa tessitura de haver uma profunda carência de princípios, de esquivar, de um brio de ficar condenado a um mesmo local, e de viver da providência divina na esperança de uma boa colheita, fez com o trabalhador rural que garantisse o sustento para sua família, e assim também contribuísse para movimentar a economia do feudo, e com que o afastamento de princípios de realidade fosse arquivada ao bem-comum, de oportunidades de novas diretrizes de conhecimentos, e manuseios de atividades diversificadas em torno de seus afazeres do lucro, realizando um capitalismo agrário de exclusão, fosse ganhando corpus, o que veio a se constituir como um importante marco de destruição de traçados espaciais e de controle urbano, e de aculturação do homem branco europeu perante uma população nativa do continente americano.

Diante o cenário africano, muitos povos já tinham base de produção agrícola bem progressista, caso dos próprios egípcios agraciados com a grande variedade de produtos, assim como seu volume hídrico do Nilo, que fez com que houvesse vastas plantações cereais ao longo da sua história milenar, assim como Assírios que se fizeram presente no Oriente Médio, que por sua característica guerreira, necessitava da agricultura e da domesticação de animais tanto para transporte de seus produtos, como para o deslocamento de seus contingentes militares.

A agricultura representa um pragmatismo tanto para construção de uma economia de poder de acumulação de capital, como a desfiguração de uma classe trabalhadora, que tenha consciência de sua importância como um sinal de liberdade, a um Estado, que não se faça Absolutista, mas que leve, intermitentes, bojos de uma libertação de sua condição primária de dominação, e de anulação de sua imagística a uma estética existencial que venha a desconstruir, o senso-comum de ignorância de propagação de estamento burocrático.

Max Weber (2005) “*vai colocar a burocracia*”, sendo um baluarte do Estado Moderno, na destruição de uma educação que, possua ambientes favoráveis a realizar tanto na indústria como na agricultura, um fator de libertação de grupos humanos, contendo sua história marcada, pela neurose coletiva de dominação e carência de liberdade civis, e camuflado em pseudos-direitos, que fazem um falsificacionismo de

uma constituição que seja cidadã, e contenha claros exemplos de participação do trabalhador rural.

Liberdades civis, que ao longo de um plantel de elitização dos meios de produção adotou, uma superestrutura, marcada com sangue, através de espoliações coletivas, levando a uma economia de Estado marcada pela exclusão, e dinamizada, pela carência e censura, de organizações partidárias e humanísticas, em benefício do bem-comum entre os trabalhadores rurais.

Lenin durante a instauração do Partido Bolchevique no poder, depois da queda do czarismo, não limitou em colocar o controle da produção agrícola na sombra do seu governo proletariado, unindo o movimento operário com prognósticos de uma luta agrária que ficasse sobre seu domínio e influência.

Algo que Stalin através da coletivização forçada de terras, soube fazer como ninguém, fazendo uma agricultura como atributo de guerra, para abastecer uma população carente, mas que ao mesmo através de suas deslocções populacionais através da imensidão gelada, do vasto território russo, causou a morte de milhões de pessoas.

Nesse caminhar, o afastamento deu ma agricultura que conte com sintaxes ideológicas de um anarquismo, e também a um mutualismo, que venha oferecer uma oportunidade de trabalho digno para todas as pessoas, abre alas para um Estado Corporativo, fugindo de uma divisão da terra, que abocanhe um democrático caminho de liquidação poder agrário, frente a uma concentração de poderio econômico, agraciado por uma pequena fatia de detentores dos meios de produção agrícola.

A Agricultura, ao longo da história humanidade enfrenta divergências, em se fazer uma docilidade, a idealizar atitudes, que venham lapidarem a mente do trabalhador, como também que venha possuir uma educação, que organize volumétricos prognósticos, a uma libertação do “*ser*”, dentro de um tempo escasso de atitudes mentais, esplanadas ao bem-comum de todos.

Esse bem-comum ao qual Josué De Castro “*elucidou em sua geografia da fome*” (1969) como um taciturno, programa ao extermínio tanto biológico como moral de pessoas que vivem da dependência da terra.

Um terra que não seja, marcada pela luta incessante de classes dominantes, na admissão de fazer um aparelho sociológico e moral, que não possua os vértices de promover um cunho de pacifismo, dentro as organizações sociopolíticas, para um cataclisma, de sufixos, de uma agricultura que seja vista como sinal de desenvolvimento territorial e técnico para todos, e que não promova a destruição da terra, através de um extrativismo predatório sem conter um planejamento e implementação claros e sucintos de seus desatinos, em promover uma economia de mercado mais humana.

Os fatores ecológicos aqui ganham um sentido de oásis, para uma provação de se unir um paisagismo agrícola e de produção da agrobiodiversidade, que não venha afetar a saúde de agricultores e trabalhadores, bem como os consumidores da cidade.

As técnicas, por exemplo, de queimadas usadas no plantio da cana aumentam a incidência de doenças cardiorrespiratórias, fazendo uma devastação dentro de estatutos orçamentários da saúde pública, comiserando também dentro de uma lógica de gastos materiais, introspectivos argumentos de uma vitrine de misérias políticas em favorecer uma fiscalização clara em torno de como realizar uma produção agrícola que se faça ética respeite o meio ambiente.

O uso de produtos químicos no controle de pesticidas, também deixa um indeterminado ciclo de dúvida quanto a qualidade dos alimentos, normatizando uma nefralgia quanto a qualidade da saúde alimentar sendo isso grande fator preponderante do aumento do caso de câncer estomacal no Brasil, por exemplo muito devido a um tipo

de agricultura, voltada para o abastecimento em longa escala, gerando um virulento espetáculo de trabalhadores rurais com moléstias cutâneas e imunológicas, como também a exposição por longos períodos a produtos químicos, podendo gerar um comprometimento de seus aparelhos, psíquico e neurológico.

A miséria tanto de uma regulamentação, que apure abusos cometidos por grandes empresas e fazendeiros, aos camponeses e trabalhadores, produz uma anomalia de qualidade empregatícia, adquirindo ares de uma doença espiritual e moral, em que a desqualificação profissional leva grande parcela de pessoas a procurarem no trabalho agrícola uma forma de sobrevivência, colocando em dúvida tanto a qualidade de seus produtos, devido à falta e experiência no preparo para lidar, com as adversidades que o trabalho no campo possui, como também a usar de matéria prima adequada que venham a garantir a qualidade e fartura de sua produção.

Um dos marcos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra está na reivindicação de cursos que venham capacitarem, o trabalhador em suas atividades, como também uma formação educacional adequada que contenha informações claras, quanto as suas premissas de ascensão moral e econômica, diante as dificuldades, de compreensão de como exercer sua atividade de maneira lúcida, e com maior aproveitamento produtivo possível.

A agricultura, como um ubérrimo de poder, que realize uma evocação de diretrizes de uma economia, que leve ao equilíbrio da balança comercial que se faça favorável à nação, se detém nos cunhos de um nacionalismo em se produzir no local ao qual se vive, e que venha assim garantir, proveitos tanto para família, como para o município, a região estadual, e por fim para o país, mas que isso seja garantido para as gerações futuras com uma política de produção agrícola que valorize a terra e seus mananciais naturais, e o meio ambiente.

A degradação da Floresta Amazônica é um bom exemplo de um espetáculo deprimente de liquidação de seus recursos naturais, e que venha a favorecer o poder de grandes latifundiários, que fazem sua própria lei perante as populações indígenas, promovendo a perseguição e o assassinato de líderes sindicais, e comunitários, que venham a lutarem pelos direitos dos trabalhadores, não havendo uma intervenção clara do Estado Democrático de Direito nesses setores distantes das grandes cidades.

Um dos maiores exemplos Dessa repressão está na figura de Chico Mendes, que denunciava a espoliação do trabalhador rural, na imensidão verde, e da extração de madeira ilegal, bem como a perseguição aos índios feita por fazendeiros.

A população indígena possui um papel central, de determinação políticas e de uma ideologia brutal, de retenção a um civismo crítico, como coloca Carlos Rodrigues Brandão *“em uma decadente desvalorização das escolas agrícolas”* (1983), escamoteada, pela falta de interesse de governos estaduais na promoção da informação de um aperfeiçoamento profissional do homem do campo.

A limitação de escolas agrícolas, e de estabelecimentos de espaços de aprendizagem técnica para o produtor agrícola, perfaz um isolamento circunscrito, de proliferações humanas, que tem seus direitos obscurecidas, por uma classe política, destinada a conservação de um status-quo do lucro a qualquer custo, sem levar em conta a individualidade e as necessidades de cada pessoa.

A esse lucro sombrio, vejamos um perjúrio, a uma não-ética de respeito pelos direitos humanos, e a existência de um sistema de relações trabalhistas, baseados na semiescavidão.

A destruição das liberdades civis dos trabalhadores, quanto aos seus direitos, de manifestação, evoca uma necessidade de representatividade, para uma linhagem de assumidade moralizadora que seja partidária, favorecendo um princípio de comunismo

agrário, sendo um viés de controle dos interesses reais do mundo agrícola, como uma fonte de levar as vontades populares, a estarem no eixo de controle de líderes políticos oportunistas.

A Reforma Agrária encontra muitos entraves, para sua consolidação não como sendo um conclave de ideário político de reivindicação das classes menos favorecidas, e sim como um augúrio de necessidades idealísticas nas problemáticas que se arrastam, por campanhas e mais campanhas eleitorais, que contenham em seus protagonistas de palanque sua logística financiada por grandes empresários e produtores agrícolas.

É fundamental para um déficit comercial que haja uma clara sistematização do trabalho agrícola que seja feito com qualidade, e que venha limitar errantes sentimentos de um nefasto cancro, de uma aglutinação de classe que venha favorecer uma pequena porção de famílias abastadas.

Dentro do princípio de um Estado, que faça o “Leviatã” (Hobbes, 2005), está auscultado, permear as transformações sociais, que vem abraçar todos os setores da sociedade civil, bem como a não deixar um princípio, postergado de destruição das liberdades civis.

A valorização por melhores condições de emprego, bem a voltar uma educação agrícola tem que ter em mente, a valorização do trabalho agrícola, fazendo um conjectura de reaver posições teóricas acerca da importância do movimento partidário-político pela reforma agrária, que também tem que estar arquitetado a um movimento de garantias de melhores condições de trabalho, e dando oportunidades a proliferação de um pensamento que seja ao mesmo crítico, mas outorgue a cidadania do trabalhador agrícola, dentro de garantias constitucionais que respeitem suas individualidades, e suas diretrizes, como sendo um papel fundamental de liberdades democráticas, a que venha lutar contra sua descriminalização.

Um “*homo-faber*” da modernidade, que não se utilize unicamente das mãos e sim que venha engendrar um sonho libertário que não fique exclusivamente prezo, a adereços de análises discursivas e sim contenham aproveitamentos de engrandecer, o homem do campo como sendo ele próprio detentor de sua história.

Uma história marcada, por embates teóricos que não estão concatenados com interesse de uma comunicação de massa em levar a questão agrária para dentro das salas de aulas.

Muito notório se fez Exército Zapatista de Libertação Nacional na figura do seu líder o Subcomandante Marcos, que aderiu a luta armada, e depois passou a delegar a questão de liberdades democráticas a todos os pequenos agricultores vítimas, da exploração de grandes empresários, bem como sofrendo com o descaso do governo mexicano perante os abusos cometidos tanto por autoridades oficiais como por traficantes, que passou assim a levar o poder da palavra contestadora por melhores condições de vida no campo, para todo país.

Faz-se jus a reavaliação de como o trabalho agrícola não somente na produção, mas sim em conscientização de sua importância econômica perante a valorização do seus atributos produtivos, seja presente em diversos setores da sociedade brasileira.

Para isso uma pedagogia de libertação de amarras preconceituosas que se faz dentro de hermética sociedade urbana brasileira se torna antagonista a uma promulgação de conscientização do trabalho agrícola como fonte de libertação nacional, e também que venha a principiar a luta democrática do trabalhador rural por reconhecimento e por incentivo a sua condição de classe social bem como força motriz da economia.

Referências.

- Alencastro, Luis Felipe de. **O Trato dos Viventes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- Brandão, Carlos Rodrigues. **Casa de Escola**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1983.
- Carvalho, José Murilo de. **Os Bestializados**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- Castro, Josué de. **A Geografia da Fome**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1969.
- Engels, Friedrich. **Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo, Escala Educacional, 2005.
- Freyre, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- Hobsbawm, Eric J. **A Era do Capital**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- Hobsbawm, Eric J. **Bandidos**. São Paulo; Paz e Terra, 1977.
- Hobbes, Thomas. **O Leviatã**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- Hume, David. **História da Inglaterra**. São Paulo; Editora da Unesp, 2014.
- Ianni, Octávio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- Mussolini, Gioconda. **Evolução, Raça, Cultura**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1969.
- Poulantzas, Nicos. **A Crise das Ditaduras, Portugal, Grécia, Espanha**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.
- Rousseau, Jean Jacques. **Do Contrato Social**. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- Santilli, Juliana. **Agrobiodiversidade e Direito dos Agricultores**. São Paulo: Editora Peirópolis, 2009.
- Weber, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.